



# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

## ST 1: ABORDAGENS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS SOBRE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

### NEOEXTRATIVISMO NA BACIA DE CAMPOS (RJ): ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL BASEADO NA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO NO LITORAL FLUMINENSE.

### NEOEXTRATIVISM IN THE BACIA DE CAMPOS (RJ): ANALYSIS OF TERRITORIAL DEVELOPMENT BASED ON OIL EXPLORATION IN THE FLUMINESE COAST

Lara Mattos MARTINS<sup>1</sup>

#### Resumo:

O presente trabalho visa analisar as adversidades entre o desenvolvimento regional da Bacia de Campos-RJ, baseado da exploração e produção de petróleo e o contexto socioambiental dos grupos sociais dessa região. Para investigação desse contexto, o modelo de desenvolvimento conceituado como neoextrativismo foi mobilizado como chave analítica para compreender os incentivos ao desenvolvimento regional na primeira década dos anos 2000. O neoextrativismo foi utilizado como categoria analítica para colaborar na compreensão do modelo de desenvolvimento implementado na Bacia de Campos e analisar a crise ecológica causada por esse modelo nas comunidades impactadas pelo avanço industrial petrolífero. A partir da pesquisa bibliográfica sobre as transformações socioambientais ocorridas na região estudada foram delineados indicadores conceituais que deram aportes para a compreensão do modelo neoextrativista na região fluminense da Bacia de Campos.

**Palavras Chaves:** Desenvolvimento, Neoextrativismo, Bacia de Campos, Desenvolvimento Regional.

#### Abstract:

<sup>1</sup> Aluna do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Territorial e Políticas Públicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGDT/UFRRJ), com a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr. Ana Paula Perrota e apoio da CAPES; e-mail: [laramattos.martins@gmail.com](mailto:laramattos.martins@gmail.com)



OBSERVADR





# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

The present work aims to analyze the adversities between the regional development of the Bacia de Campos-RJ, based on the exploration and production of oil and the socio-environmental context of the social groups of that region. To investigate this context, the development model conceptualized as neoextractivism is used as an analytical key to understand the incentives for regional development in the first decade of the 2000s. Neoextractivism will be used as an analytical category to collaborate in understanding the development model implemented in the Bacia de Campos and analyze the ecological crisis caused by this model in communities impacted by the industrial advance of oil. Based on the bibliographic research on the socio-environmental transformations that occurred in the studied region, conceptual indicators were designed that contributed to the understanding of the neo-extractive model in the Rio de Janeiro region of the Campos Basin.

**Keywords:** Development, Neoextractivism, Campos Basin, Regional development

## Introdução

A exploração e exportação das bases de recurso naturais no território brasileiro, como a monocultura, a extração de madeira, minério, petróleo e outros, não são atividades econômicas novas em nossa história, porém nos últimos anos esse cenário tomou novas formas. A partir da década de 1950, sobretudo com a criação da Petrobrás, o petróleo é evocado como uma importante fonte de energia e recurso econômico para o Brasil. No decorrer do tempo, o fortalecimento da Estatal e o alto investimento em tecnologia transformaram a exploração de petróleo em uns dos principais vetores da economia brasileira. Mas, proporcionalmente ao crescimento de extração e refino de petróleo cresce nos territórios produtores os impactos socioambientais, provocando transformações nas relações sociais, culturais e econômicas dos moradores nos locais em que vivem e trabalham. Esse artigo visa analisar os modelos sociopolíticos de desenvolvimento que fomentaram a exploração de petróleo na Bacia de Campos a partir dos anos 2000 e compreender a causalidade de alguns dos impactos socioambientais causados pela a indústria de exploração de petróleo.

Entre o litoral dos estados brasileiros do Rio de Janeiro e do Espírito Santo encontra-se a Bacia sedimentar conhecida como Bacia de Campos, uma das principais áreas produtoras de petróleo do Brasil. A Bacia de Campos será apreciada, neste trabalho, com um território, procurando levantar informações substanciais para caracterizar esse lugar para além da bacia sedimentar que contém jazidas de petróleo, mas como um espaço construído e transformado. Com o propósito de identificar quem são as pessoas socialmente e ambientalmente atingidas pelos empreendimentos econômicos e industriais ligados a cadeia produtiva de petróleo e gás e quais os impactos na região que transformam a Bacia de Campos de uma referência geológica para um território socialmente construído.

O debate sobre os principais modelos de desenvolvimento, planejados nos governos brasileiros, são relevantes para compreender o nexos entre as atividades econômicas e a natureza. Essas relações são percebidas como motoras na exploração das bases de recursos naturais no desenvolvimento industrial, onde a natureza é mercantilizada e passa a ser manipulada para nutrir a indústria, de tal maneira que a questão ambiental é inserida no centro dos debates sobre o desenvolvimento na segunda metade do séc. XX trazendo a sustentabilidade como balizar nos



OBSERVADR





# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

moldes de desenvolvimento do séc. XXI, o desenvolvimento sustentável é tornado o discurso hegemônico.

Junto ao desenvolvimento sustentável, teóricos latinos americanos identificaram um novo modelo de desenvolvimento posto em curso na América Latina no início dos anos 2000. O Neoextrativismo concerne o extrativismo tradicional atributos contundentes com os objetivos do desenvolvimento sustentável, como por exemplo, a erradicação da fome e investimento em energia limpa. Porém, acelera ainda mais os desgastes ambientais, fomentando a mineração e a agroindústria. O debate sobre o desenvolvimento contribui para compreender as transformações territoriais na região da Bacia de Campos e suas interfaces com o meio ambiente, população local e políticas públicas ambientais.

Dentro dos contextos sociais e ambientais estabelecidos na região com a ascensão da indústria petrolífera, a representação e o uso da natureza pelos os grupos sociais são colocadas em inferioridade em relação ao discurso de avanço econômico proporcionado pelo petróleo. Nesse sentido as comunidades, como por exemplo de pescadores(as) artesanais presentes em todos os municípios da costa fluminense, sofrem as consequências negativas da ocupação marítima do complexo industrial tendo o modo de vida impactados tanto no contexto ambiental com acidentes e crimes causados pela extração de óleo, quanto no contexto social, enfrentando as mudanças socioeconômicas e políticas em seus municípios. A conformidade entre os impactos sociais e ambientais que modificaram a região, nos permite caracterizar tais impactos como impactos socioambientais, ponderando a estreita interação entre o homem e a natureza e sua dependência econômica dos recursos naturais nos modelos de desenvolvimento operado na região, sua sinergia e difusão no território.

Para compreender relações socioambientais ocorridas na o processo de desenvolvimento socioeconômico na região após o ano de 2003, quando novos modelo sociopolíticos de desenvolvimento são acionados no Brasil, o conceito de neoextrativismo nos serve como chave de análise, que permite apreender as relações socioambientais ocorridas entre grupos sociais locais que enfrentam a ocupação da região pela a indústria petrolífera. . Este trabalho analisa as decorrências do neoextrativismo sobre a região da Bacia de Campos, cuja, as relações sociais e econômicas são fortemente influenciadas pela indústria de produção de petróleo e gás *offshore*.

O neoextrativismo como categoria analítica e conceitual foi formulado por intelectuais latinos americanos para compreender a nova realidade econômica e social baseada no extrativismo na América Latina nas duas primeiras décadas do sec. XXI. Segundo Svampa (2019), o neoextrativismo deve ser compreendido como um modelo de desenvolvimento firmado na super exploração de bens naturais, cada vez mais escassos, em grande parte não renováveis, assim como a expansão das fronteiras da exploração para o território antes considerados improdutivos do ponto de vista do capital. Aproximando a reflexão sobre o neoextrativismo para a realidade social brasileira, Bruno Milanez e Rodrigo Santos (2013) descrevem as circunstâncias a qual o programa de desenvolvimento brasileiro iniciado no séc. XXI assume as peculiaridades do neoextrativismo. Para os autores, as características desse modelo no Brasil podem ser percebidas no processo de reprimarização da economia, fomentada sobretudo nos governos do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, que conservou as relações socioeconômicas ligadas ao extrativismo



OBSERVADR





# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

tradicional como vetor de crescimento econômico, com narrativas de mercantilização da natureza e fortes relações com o Estado, justificados por políticas públicas progressistas.

Para a análise dessas ocorrências, foram realizadas pesquisas bibliográficas em trabalhos científicos que investigam o desenvolvimento nos municípios costeiros da Bacia de Campos, argumentando como estes modelos fomentam a indústria de exploração e produção de petróleo no Brasil e como se relacionam com os modos de vida dos grupos sociais que vivem nesses municípios, mas não incluídos diretamente nas atividades econômicas relacionadas a exploração de petróleo. Foi a partir das análises sobre os modelos de desenvolvimento desempenhados no Brasil, que foram identificadas a implementação do modelo econômico neoextrativista na região da Bacia de Campos.

## **Aportes Teóricos e Contextualização sobre Desenvolvimento e o Neoextrativismo Brasil.**

Ainda não há na ciência moderna um consenso sobre conceito de desenvolvimento. Nas ciências sociais e econômicas o conceito de desenvolvimento geralmente refere-se a uma categoria qualitativa que o compreende como um processo contínuo de transformação social e econômica capaz de gerar qualidade de vida e liberdade ao máximo de cidadãos. Existem diversos aportes teóricos para pensar como o desenvolvimento ocorre nos territórios ou quais são as bases ideológicas que determinam seu formato. Baseados em modelos e com expectativas diferenciáveis o desenvolvimento econômico, o desenvolvimento sustentável, o neodesenvolvimento, neoextrativismo, entre outras interpelações, são arenas de disputas analíticas sobre processos políticos econômicos que influenciam a implementação de diferentes projetos para alcançar o que seria essa categoria de desenvolvimento.

O desenvolvimento, também celebrado como progresso, é geralmente interpretado, como um processo histórico linear, onde territórios apontados com pouca industrialização, tecnologia e economia não internacional são considerados menos desenvolvidos, em desenvolvimento e/ou subdesenvolvidos em comparação a outros lugares que já passaram por esse processo. Nesse prisma, os países do hemisfério norte, principalmente EUA, Canadá e países da Europa Ocidental, são considerados países desenvolvidos e impulsionam os países da América Latina e Caribe (ALC), África e Ásia a incorporem processos industriais e econômicos que teoricamente os levariam ao pleno desenvolvimento, ou seja, ter economia parecida com as dos países do Norte Ocidental. Essa abordagem dificilmente acena para a necessidade de investimentos além de econômicos e para uma reflexão das características peculiares de cada território.

Como indica Eduardo Gudynas (2001, p.22), o conceito de desenvolvimento em “Los sentidos usuales de la palabra desarrollo apuntan a los avances y progresos en el campo económico y social” o autor está nos dizendo que, o conceito de desenvolvimento deve ser entendido como um conjunto de índices que ultrapassam as expectativas econômicas e consideram as questões sociais, culturais e ambientais como os princípios primordiais para uma sociedade desenvolvida. Os modelos de desenvolvimento conduzidos sobre os territórios colonizados na América Latina e Caribe permanecem com a mesma estratégia desde a colonização, privatizando a natureza e proletarizando as pessoas. As consequências desses moldes de desenvolvimento replicados nos territórios colonizados foram elaboradas para atender a demanda econômica e industrial do norte



OBSERVADR





# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

global, fazendo dos modelos de desenvolvimento implementados na América Latina um contínuo de dependência política e econômica internacional.

As relações entre a humanidade e a natureza e as consequências ambientais geradas pelo modelo de sociedade baseado na indústria foram percepções concebidas a partir de análises sobre a industrialização e o advento do capitalismo mundial. A modernidade como conhecemos hoje, teve dois principais vetores que designou a história política, econômica, social e da natureza. A racionalidade científica e a revolução industrial, que transformaram as relações do homem com natureza, da terra, propriedade e das formas de uso da natureza. Os autores Adorno e Horkheimer (1947, p.5) em O conceito do Esclarecimento já em 1947 escreveram que “O que os homens querem aprender da natureza é como empregá-la para dominar completamente a ela e aos homens”.

Mesmo que o auge do desenvolvimento econômico pudesse resolver os problemas sociais, os modelos de desenvolvimento influenciados pela sociedade Norte Ocidental sempre serão limitados pela natureza. Ora pelo limite das bases naturais de recursos ou em razão das consequências ambientais causadas pela ilusão humana de dominação da natureza. A escassez dos recursos naturais, os riscos e danos causados pelo desenvolvimento provocam a emergência de uma nova visão social e ética sobre a natureza e a ecologia, trazendo à tona a necessidade de reflexão sobre como viver na natureza e viver com a natureza (Guiddens, 1996).

Os limites ambientais do desenvolvimento pautam a proteção da natureza em suas diversas interpretações, seja a natureza intocada protegida de presença humana, ou em modelos que garantam qualidade de vida sem persistir na superexploração da natureza.

Paralelamente a esse contexto local de disputas ideológicas e programas de crescimento econômico baseados em políticas desenvolvimentistas, a problemática ambiental emerge no mundo em meados do Sec. XX chamando atenção para o caráter insustentável dos padrões de produção, consumo e de exploração da natureza. O debate ecológico que apontava os grandes problemas ambientais e conseqüentemente sociais gerados pelo modelo de desenvolvimento prescritos para a América Latina (AL) reforça as considerações de que o desenvolvimento vai além de índices econômicos. O desenvolvimento de fato deve estar calcado em acesso universal à saúde, educação, habitação e um ambiente saudável, respeitado o espaço social das populações.

O desenvolvimento sustentável, como os demais modelos de desenvolvimento pensados em escala global apresentam limitações. O autor Gudynas (2011) salienta que o desenvolvimento sustentável ainda está focado em promover o crescimento econômico fundamentado no neoliberalismo apoiando a expansão do mercado para os campos sociais e ambientais. O desenvolvimento sustentável apresenta em seu âmago uma postura funcional em relação à globalização, maquiada por um “regionalismo aberto”, onde os contextos sociais e políticos do desenvolvimento são ignorados ou minimizados, fomentando a tecnocracia e apoiando o crescimento regulado e globalizado.

Os campos sociais e culturais que permeiam o conceito de desenvolvimento sustentável foram suprimidos e resumidos em técnicas, não neutras, de produção e consumos de produtos sustentáveis e empregada as responsabilidades aos consumidores finais. Para Acsehrad (1998)



OBSERVADR





# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

esse é um processo consensual entre mercado e Estado para a consolidação de estratégias econômicas neoliberais de exploração intensiva das bases de recursos naturais.

Portanto, no que se refere aos modelos de desenvolvimento experimentados no último século pelos governos da América Latina, temos colocadas no mínimo duas macros direções teóricas que influenciam as agendas políticas regionais. Uma que compreende o desenvolvimento apenas como um processo de progresso econômico e uma segunda perspectiva que considera as questões sociais, culturais e ambientais como primordiais para o alcance de uma sociedade desenvolvida, pautada no desenvolvimento sustentável sugerido pela ONU.

Guiados pelos Objetivos do Desenvolvimento sustentável – ODS, os novos programas de desenvolvimento consideram em suas narrativas a importância da superação dos problemas sociais e ambientais. Porém ainda guiados a luz da modernidade, as alternativas sugeridas pelas Nações Unidas não contemplam as diferentes relações de uso e apropriação da natureza, assim como os diferentes modos de viver e habitar os territórios alvos de investimentos industriais.

A história da América Latina, desde a colonização europeia, está consolidada em um modelo de desenvolvimento norte ocidental que sobrevive da exploração de recursos naturais: o extrativismo. No modelo de desenvolvimento baseado no extrativismo, a apropriação dos recursos naturais está rasamente baseada em questões monetárias, ignoram as numerosas onerações sociais e ambientais que sobrecarregam o continente. O extrativismo nutrido como desenvolvimento e progresso, segundo Celso Furtado (1974) cria a falsa ideia de que os povos pobres poderão algum dia disfrutar da mesma forma de vida dos povos ricos.

A busca incansável pelo desenvolvimento- que é baseado na transformação da natureza (matéria-prima) em mercadoria, e a crença da ciência moderna de que será capaz de contornar riscos e os danos ambientais, criam um discurso tautológico sobre limites e potencialidades dos atuais padrões de desenvolvimento baseado no avanço tecnológico. Contudo, as possibilidades de contenção dos riscos evocados pelo modelo capitalista de produção e reprodução social não são capazes de refrear as catástrofes socioambientais vivenciadas pelas sociedades latino americanas.

O modo expansão do capitalismo e de modelo industrial foram se modificando com a criação de novas tecnologias, a indústria passa de ser movimentada a carvão para ser movimentada por combustíveis fósseis, gerando um mercado de extração, refinamento e comercialização de petróleo que irão dar novos formatos ao capital liberal. Porém a mudança esteve apenas em onde e em de qual forma a natureza está sendo explorada. O modelo de dominação da natureza e dos homens permanece com o mesmo *modus operandi*, compreendendo pessoas, trabalho e natureza como mercadorias.

Em diversos territórios é possível perceber a ocorrências desses paradigmas do desenvolvimento. Mesmo que a intensidade e os parâmetros de reprodução operem em escalas diferentes, os projetos de desenvolvimento baseados na modernidade seguem uma linearidade na atuação. Ou seja, é forçada uma drástica transformação no modo de vida das pessoas, fazendo que elas vejam sua inserção no projeto de desenvolvimento como única via para a superação da degradação da vida e assim expostas às consequências e riscos que a sociedade moderna as submete.



OBSERVADR





# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

A busca pelo desenvolvimento, segundo Altvater, (2010) é nos discursos das lideranças políticas o melhor caminho para a superação das desigualdades geradas pela economia liberal baseada na atividade industrial fóssil e “paulatinamente se transforma em categoria central dos discursos econômicos modernos” (ALTVATER, 2010, p.154). Ainda segundo Altvater, o discurso de desenvolvimento é um empreendimento para convencer a sociedade de que só o aumento produtivo capitalista, gerador de riqueza, irá resolver os problemas sociais, econômicos e ambientais. “O crescimento é o *topos* em um discurso de dominação, que, no entanto, também convence os dominados” (ALTVATER, 2010 p.157).

No início dos anos 2000, com a ascensão dos governos progressistas na América Latina, cientistas latinos americanos conceituam um novo modelo de desenvolvimento o nomeando de neoextrativismo. O neoextrativismo compreende uma análise dos processos econômicos de extração e apropriação da natureza nos países latinos americanos, para assistir à acumulação capitalista dos países norte ocidentais a partir da ascensão dos governos progressistas no início do sec. XXI. A socióloga Maristella Svampa (2019) ressalta que o “neoextrativismo é uma categoria analítica e que possui uma grande potência descritiva e explicativa, assim como um caráter denunciativo e um amplo poder mobilizador” (SVAMPA, 2019, p.24).

Nessa observação, o extrativismo iniciado pela colonização europeia na América Latina para suprir as “demandas dos centros metropolitanos do capitalismo nascente” (SVAMPA, 2019, pág.24), passou por diversas fases de produção como a exploração do minério, borracha, água etc. E, era comumente praticado por governos conservadores. Com a ascensão dos governos progressistas na América Latina é iniciado um novo modelo sociopolítico territorial na região. O neoextrativismo, que é compreendido por cientistas sociais latinos americanos como modelo de “um novo tipo no qual o Estado desempenha um novo papel mais ativo na captação do excedente e na redistribuição...” (SVANPA, 2019, pág.25) e apresenta a mesma fábula do desenvolvimentismo, que com um Estado ativo seria possível chegar ao desenvolvimento análogo aos pais do norte ocidentais.

O neoextrativismo se difere do extrativismo tradicional por incluir na sua superexploração e exportação de bens primários, a expansão das exploração da natureza em territórios tidos como improdutivos pelo capital, investimento tecnológico para impulsionar a produção com fomento do Estado e o investimento massivo em megaempreendimentos de capital intensivo que articula a ação estatal e o capital privado, como por exemplo os investimentos realizados pelo Estado brasileiro na empresa a Petrobras S.A..

Os autores Milanez e Santos (2013) explanam o importante papel do Estado no neoextrativismo, ressaltando como principal ruptura em relação ao período neoliberal, o fato de que o Estado assume o papel de principal financiador dos megaprojetos de desenvolvimento. O quadro, abaixo, elaborado pelos autores Milanez e Santos (2013, p.125) forma um esquema para compreensão dos aspectos gerais do neoextrativismo, comparando-o com outros modelos de desenvolvimento que foram planejados para a América Latina.

Tabela 1: Aspectos gerais do neoextrativismo

	Liberalismo (1889-1930)	Desenvolvimentismo (1948-1965)	Neoliberalismo (1985-2002)	Neoextrativismo (2003- a diante)
--	----------------------------	-----------------------------------	-------------------------------	-------------------------------------



OBSERVADR





# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
 III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
 04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

<b>Meios</b>	Especialização da estrutura produtiva como inserção	Generalização da estrutura produtiva como industrialização	Especialização da estrutura produtiva como inserção externa competitiva	
<b>Resultados</b>	Estrutura produtiva monolítica	Estrutura produtiva complexa, completa	Estrutura produtiva simples, incompleta e	
<b>Papel do Estado</b>	Coadjuvante, apenas garantindo condições para atuação das	Protagonista por meio de empresas estatais	Coadjuvante, apenas regulando a atuação das empresas	Protagonista por meio de empresas estatais ou semi-estatais e captura
<b>Origem dominante do investimento</b>	Internacional, ao nível das estruturas de	Nacional Internacional	Internacional	Indiferente, com algumas posições
	financiamento e comercialização			favoráveis ao capital acional

Fonte: Milanez e Santos, 2013, p. 125.

O Neoextrativismo é marcado pela ampliação e investimento no extrativismo mineral e na ampliação da monocultura, agindo na dinâmica territorial para ocupação de territórios de interesse econômicos e os configurando em conflitos socioambientais. Porém, sua grande diferença, em relação ao extrativismo dos governos conservadores, está na atuação do Estado, pois ao mesmo tempo que sua prática é baseada na concentração de renda dos grandes investidores e na superexploração da natureza, as políticas públicas dos governos progressistas, baseados em redistribuição de renda, aumento da qualidade de vida e acesso consumo de toda a população, cria legitimidade para a expansão do capital baseado nas *comodities*.

No caso brasileiro as principais atribuições do Estado que caracterizam o neoextrativismo, são os investimentos do Estado em infraestrutura para o desenvolvimento e a forte atuação em proteção social, observadas a partir de 2003 no governo de Luís Inácio Lula da Silva. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) investiu intensamente em infraestrutura de empresas que atuam diretamente na exploração e extração de recursos naturais: “De forma geral, no período entre 2002 e 2012, a participação dos setores de óleo e gás, mineração e energia saltou de 54% para 75% da carteira da BNDES Participações S.A. (MILANEZ E SANTOS, 2013, p. 128).

Nesse mesmo período é observado o acentuado aparato do Estado na redistribuição de renda e investimentos sociais. O extrativismo é defendido como uma necessidade para garantir desenvolvimento econômico e social em todo território brasileiro. Segundo Milanez e Santos (2013), no caso brasileiro, ainda que, a renda vinda do extrativismo não é diretamente ligada aos programas sociais de redistribuição de renda, como Programa Bolsa Família, as rendas capturadas pelo estado como *royalties* investidos em educação e em renda para os municípios (que os recebem), legitimam a intensificação da exploração de recursos naturais.

Diante dessas reflexões a categoria analítica do neoextrativismo nos auxilia a compreender o desenvolvimento econômico baseado na exploração de petróleo, na região brasileira denominada Bacia de Campos.



OBSERVADR







# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

## O Neoeextrativismo e sua influência nas relações socioambientais na Bacia de Campos (RJ).

O lugar a qual esse estudo analisou é referente a uma bacia sedimentar brasileira denominada Bacia de Campos (BC). Poderíamos aqui nos restringir a explicações técnicas geográficas do espaço do qual nos referimos, porém, a intenção é ir além de indicar o espaço geográfico, e construir uma reflexão sobre como a Bacia de Campos transitou de um espaço geológico para um território socialmente construído.

Já que a realização concreta da história não separa o natural e o artificial, o natural e o político, devemos propor um outro modo de ver a realidade, oposto a esse trabalho secular de purificação, fundado em dois polos distintos (Santos, 2006). Para compreender a Bacia de Campos como território reconstituído a partir da ocupação econômica da indústria de petróleo e gás, diversos aspectos devem ser considerados, desde os do espaço geográfico até o espaço social, que exerce influência nos alicerces econômicos, sociais, culturais e ambientais regional.

Enquanto um espaço geográfico, ou uma referência geológica do litoral brasileiro, a Bacia de Campos é uma bacia sedimentar, significando uma extensão territorial onde existem depressões da superfície terrestre formadas por abatimentos da litosfera, nas quais se assentaram rochas sedimentares. Próximo de 100 mil quilômetros quadrados, a Bacia Sedimentar de Campos abrange uma área marinha entre o centro-norte fluminense e o litoral sul do Estado do Espírito Santo e faz limite com a Bacia de Santos e a Bacia do Espírito Santo. Foi nomeada em referência a cidade fluminense Campos dos Goytacazes.

Os mapas sobre a região geralmente georreferenciam as áreas de interesse de produção econômica para exploração e produção de gás e petróleo. Na Lei Nº 9.478/97, que “Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências” no Art. IX são consideradas como “Bacia Sedimentar: depressão da crosta terrestre onde se acumulam rochas sedimentares que podem ser portadoras de petróleo ou gás, associados ou não”. A Lei Nº 9.478/97 Art. IX, (Brasil, 1997) ressalta a importância econômica das bacias sedimentares como potenciais reservas de petróleo e considerável recurso para soberania energética brasileira.

A Bacia de Campos então, passa a ser um espaço geográfico de interesse nacional, o volume de petróleo explorado e sua extensão, chamam a atenção por vir a ser uma das maiores áreas produtoras de petróleo no Brasil. Após a descoberta de petróleo na Bacia de Campos em 1973, o Estado passa a atribuir a esse lugar valor monetário e importância simbólica no âmbito da geopolítica brasileira, “seria saudada como a solução do problema de fornecimento de petróleo do país” (DIAS e QUAGLINO, 1993, p. 127).

Segundo Monica Serrão (2012) a Petrobras aparenta exercer dupla função no desenvolvimento territorial dos municípios limítrofes com as áreas produtoras de petróleo: a primeira nos limites nacionais de sua atuação, concretizando-a como principal exportadora de um recurso mineral bruto; intensificando a comoditização do país e fortalecendo a dependência econômica do Brasil no contexto internacional. O segundo cenário é exposto por suas ações internacionais,



OBSERVADR





# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

desempenhando o comportamento de uma empresa com altíssima qualificação e investimento em técnica de exploração e produção de petróleo e gás – E&P no exterior. Esses apontamentos realizados pela autora, nos permite perceber uma das características do neoextrativismo, onde as estruturas produtivas e a competitividade são realizadas em escala global.

Ainda segundo, Serrão (2012), o padrão de acumulação baseado nas *commodities* promove a reprimarização da economia, e “tem levado à ampliação do agronegócio, à expansão das regiões de extração de minérios, incluindo o petróleo, e de geração de energia, além da abertura de novas rotas para a circulação do capital” (pág. 61). Esse cenário expõe as ações do capital para superar “o que lhe soa como obstáculo ao seu crescimento: os camponeses e povos originários de suas terras, as leis trabalhistas e ambientais” (Serrão, 2012, p. 61). A base econômica em *commodities*

Para a autora Tatiana Walter (2010), na exploração de petróleo assim como outras atividades de exploração de mineração, a escolha do território para instalação da indústria de petróleo é definida exclusivamente a partir da existência de uma ampla base recurso natural. Portanto, a instalação da indústria, não considera as peculiaridades do território, ou seja, as “relações sociais, culturais, ambientais, de infraestrutura prévia e de capacidade de articulação política” (WALTER e ANELLO, 2012, p. 84). A autora utiliza da perspectiva de Rosélia Piquett, 2012, em seu artigo “Indústria do Petróleo e Dinâmica Regional: Reflexões Teórico-metodológicas”, onde ressalta que:

As corporações que operam no setor atuam de modo globalizado, organizando o espaço de maneira seletiva. As áreas produtoras funcionam como campos de fluxos, onde se articulam sofisticadas redes de unidades industriais, portos, dutos, aeroportos, bens, pessoas e informações. Não são, portanto, empreendimentos voltados à promoção do desenvolvimento regional (WALTER, 2010, p.55)

As observações realizadas pela autora revelam que a exploração de petróleo e gás, como estratégia de desenvolvimento econômico centra-se em acentuar ganhos macroeconômicos e geopolíticos importantes para o desenvolvimento nacional e para o mercado internacional. Mas, concede às questões locais e regionais menor importância no que tange os impactos positivos e negativos gerados. Tal realidade não ocorreu diferente nos municípios da Bacia de Campos:

Os insumos da indústria petroquímica subsidiaram o desenvolvimento de tecnologias que propiciam conforto, saúde, lazer, longevidade, entre outras tantas vantagens, aos que podem pagar por isso. Contudo, essa mesma indústria esteve e continua a ter dimensões dramáticas para os territórios, para as águas, para os recursos naturais e para as populações que dependem deles para sobreviver. (SERRÃO, 2012, pág. 41)

Assim como outros projetos de desenvolvimento econômico, a indústria petrolífera causa efeitos aos territórios onde são implementadas. Segundo Walter (2010), esse efeitos podem ser análogos em atributos como: o aumento das taxas de migração para procura de emprego; a acelerada urbanização, sobrecarregando a infraestrutura dos municípios; nas alterações dos grupos políticos, orientados à esfera federal mais do que à esfera de poderes local e regional; nas modificações culturais e sociais considerando o processo imigratório e na degradação ambiental.

Ainda segundo a autora “Em geral, esses efeitos têm sido desfavoráveis às populações locais, sendo as mesmas excluídas dos benefícios econômicos trazidos pelo novo ciclo de



OBSERVADR





# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

desenvolvimento e as mais vulneráveis aos seus efeitos” (WALTER, 2010, p.55) As participações governamentais e *royalties* fomentam a política local a fortalecer o desenvolvimento baseado na produção dos recursos fósseis, porém, esses recursos ainda não foram capazes de fomentar o desenvolvimento justo às populações impactadas.

É relevante salientar que as operações do modelo neoextrativista na região podem ser reconhecidas nos apontamentos da autora Rosélia Piquet (2007) em que ressalta que as corporações do setor petrolífero atuam na região de modo globalizado, reorganizando os espaços de maneira seletiva. Segundo a autora “As áreas produtoras funcionam como campos de fluxo, onde se articulam sofisticadas redes de unidades industriais portos, dutos, aeroportos, bens, pessoas e informações” (PIQUET, 2007, p. 23). Alguns dos municípios costeiros passam então a receber fortes investimentos em infraestrutura para se acomodar na nova dinâmica regional, transformando as vilas de pescadores em grandes cidades em poucos anos.

Segundo Debora Bronz (2005, p.24) “a ocupação da Bacia de Campos é resultado de um projeto nacional de colonização das áreas marítimas do país através da implementação de uma atividade econômica de base, ligada à indústria petrolífera de monopólio estatal” Para a autora o projeto desenvolvimentista do governo na década de 1970 reforçava a importância da realização de grandes projetos de desenvolvimento voltados para a ocupação geopolítica e econômica nacional. Considerados como territórios vazios, a ocupação desses territórios “objetivava o aproveitamento de suas vantagens estratégicas, geopolíticas e econômicas” (BRONZ, 2005, p.24)

Para dar suporte às atividades marítimas de exploração e produção, os municípios costeiros a Bacia de Campos, iniciaram um processo de estruturação industrial, de serviços, e de logística, viabilizando e adaptando as cidades para a indústria de petróleo *offshore*. Essas transformações influenciaram consideravelmente na economia e nas questões sociais e ambientais. Reordenando os municípios costeiros da região da Bacia de Campos em territórios construídos para a indústria de exploração e produção de petróleo, acreditando no grande potencial de desenvolvimento econômico da região.

A região da BC, além das atividades ligadas a exploração de gás e petróleo, não era um lugar esmo, mesmo em auto mar onde foram construídas as enormes plataformas, existiam grande atividade econômica e social relacionadas à pesca marinha. Atividades tradicionais e grupos sociais implicados com a pesca artesanal presentes em todos os municípios costeiro da BC passam a sofrer com a instalação da indústria de petróleo.

Os grupos sociais que estão envolvidos nessas ações, mesmo que de formas diferentes começam a entender os efeitos da instalação dessa indústria e vão aos poucos se tornando atores sociais nos conflitos socioambientais gerados, seja por exemplo, pelo uso do espaço marinho, pela evasão do campo e favelização nos municípios ou pelo aumento do custo de vida. Esses conflitos são revelados no estado do Rio de Janeiro atingindo principalmente os municípios de São Francisco de Itabapoana, São João da Barra, Campos dos Goytacazes, Quissamã, Carapebus, Macaé, Rio das Ostras, Casimiro de Abreu, Cabo Frio, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, São Pedro da Aldeia, Araruama, Saquarema, Maricá, Niterói e no sul do Espírito Santo, os municípios de Marataízes, Itapemirim, Piúma, Anchieta, Guarapari e Vila Velha.



OBSERVADR





# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

As atividades econômicas, industriais e o processo de desenvolvimento implementados nos municípios integrados à Bacia de Campos influenciaram diretamente em diversas dinâmicas, sociais, políticas, econômicas, ambientais e culturais da região, tornando-a um território com impactos, conflitos e organizações sociais que atuam em prol dos povos que recebem poucas gratificações do modelo de desenvolvimento regional ordenado pela indústria de petróleo e gás. O território é concebido como reflexo das dinâmicas socioeconômicas e culturais do contexto local, atentando para as relações entre as populações locais e a indústria do petróleo, os trabalhadores pendulares das plataformas e prestadoras de serviço e toda a estrutura *onshore* construída e transformadora das comunidades locais.

Segundo Marques (2010), o território percebido como espaço social produzido e demarcado por um limite que o ordena, pode ser interpretado como uma “ferramenta, como um recurso para o desenvolvimento econômico e social” (MARQUES, 2010, p.80). Nesse sentido, a região foi palco de grandes transformações socioeconômicas onde todo o conjunto social foi afetado simultaneamente recebendo os impactos positivos e negativos do que Altvater (2010) caracteriza por “crescimento lubrificado por petróleo”.

Outro aspecto peculiar à Bacia de Campos, ressaltado por Bronz (2005), são as verdadeiras “cidades em alto mar”. O complexo industrial offshore é formado por mais de 80 gigantescas plataformas, com presença de diversas companhias nacionais e internacionais de pesquisa, extração e prestação de serviços, milhares de trabalhadores, heliportos e ainda, o intenso trânsito de embarcações, seja os navios que dão apoio as atividades nas plataformas, ou os barcos coloridos dos pescadores artesanais que disputam, injustamente, o espaço marinho.

## Considerações Finais

O modelo neoextrativista adotado no Brasil e nos países latinos americanos nas primeiras décadas dos anos 2000, pautado na acumulação de capital promovida pelo extrativismo, pode ser identificado nas atividades petrolíferas da Bacia de Campos, que tiveram significativa importância econômica e foram impulsionadas por novas tecnologias de exploração e altos investimentos Estatais, resultando em um padrão de acumulação baseado na espoliação dos recursos naturais.

Contudo, uma das características o neoextrativismo é a admissão do problema socioambiental, justificado pela necessidade do desenvolvimento econômico e respondido com medidas de proteção social. Na indústria petrolífera não correu diferente, mesmo com a identificação das transformações bruscas nos territórios de exploração e produção, os impactos positivos - neste caso as rendas governamentais de royalties e participações especiais, para o Estado justificavam os impactos negativos.

Os efeitos do processo desenvolvimentista na Bacia de Campos (RJ), ressaltando as transformações sociais, culturais, ambientais e econômicas as quais o território foi submetido para atender o complexo industrial petrolífero, revela as alterações socioambientais vivenciadas pelos grupos sociais considerados tracionais na região, como os pescadores artesanais.



OBSERVADR





# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

As atividades extrativistas *offshore* na Bacia de Campos, como outras demais atividades de exploração de recursos do meio natural, comumente são acompanhadas pelos efeitos negativos das relações econômicas e sociais estabelecidas pelo extrativismo mineral tradicional. Os impactos dessas atividades atingem as populações que vivem próximas aos empreendimentos destacando a expropriação material e as desigualdades sociais advindas das novas relações sociais, econômicas e dos interesses de uso do território. Os impactos socioambientais causados pelas atividades de exploração, produção e serviços da indústria petrolífera na região, são sinérgicos e se difundem pelos municípios costeiros.

Por tanto, algumas características do neoextrativismo podem ser reconhecidas nas ações do Estado para o envolvimento regional, a produção de petróleo em escala global, a estrutura produtiva para competitividade internacional, com investimento Estatal em tecnologia, a internacionalização do território, a forte atuação do estado tanto como ator por meio da Petrobras como fomentador da redistribuição de renda por meio dos royalties e participações especiais.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Externalidade ambiental e sociabilidade capitalista. In: CALVACANTI, C. **Desenvolvimento e natureza: Estudos para uma sociedade Sustentável**. São Paulo: Cortez, Fundação Joaquim Nabuco, 1998.

AGÊNCIA Nacional de Petróleo (ANP). Acesso em: 12 jul. 2020.

ALTVATER, E. Crescimento Lubrificado com Petróleo. In: **\_\_\_\_\_ O Fim do Capitalismo Como Conhecemos**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira , 2010. BRASIL. **LEI Nº 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997**. [S.l.]: [s.n.], 1997.

BRONZ, D. **PESCA E PETRÓLEO NA BACIA DE CAMPOS – RJ Políticas de Licenciamento Ambiental no Mar: Atores e Visões**. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS, Museu Nacional, 2005.

FURTADO, C. O Mito do Desenvolvimneto Economico. [S.l.]: [s.n.], 1974.

GUDYNAS, E. Debates sobre el desarrollo y sus alternativas en América Latina: Una breve guía heterodoxa. **Más allá del desarrollo, Grupo Permanente de Trabajo sobre Alternativas al Desarrollo**, Quito, 2011.

GUIDDENS, A. A modernidade sobre signo negativo: questões ecológicas e política da vida. In: GUIDDENS, A. **Para além da esquerda e da direita**. São Pulao: Unesp, 1996.

IBAMA. PEA-BC Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos. **PEA-BC**. Disponível em: <<http://www.pea-bc.ibp.org.br/>>. Acesso em: 20 julho 2020.

JOSÉ LUCIANO DE MATTOS DIAS, M. A. Q. **A Questão do Petróleo no Brasil: Uma História da Petrobras**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1993.



OBSERVADR





**II SLAEDR** SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
**VI SIDER** SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
**III SIDETEG** SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

MARQUES, A. P. S. Da Construção do Espaço à Construção do Território. **Fluxos & Riscos**, 2010.

PIQUET, R. P. D. S. Indústria do Petróleo e Dinâmica Regional: Reflexões Teórico-metodológicas. In: \_\_\_\_ **Petróleo e Região no Brasil: O Desafio da Abundância**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

PIQUET, R. P. D. S. Indústria do petróleo e dinâmica regional: reflexões teórico-metodológicas. In: ROSÉLIA PIQUET, R. S. **Petróleo e Região no Brasil: O desafio da Abundância**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

ROBERTA SPERANDIO TRASPDINI, T. M. M. Desenvolvimentismo x neodesenvolvimentismo na América Latina: continuidade e/ou ruptura? **37º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, Águas de Lindóia, 2013.

RODRIGO SALLES PEREIRA DOS SANTOS, B. M. NEOEXTRATIVISMO NO BRASIL? uma análise da proposta do novo marco legal da mineração. **Revista Pós Ciências Sociais**, 2014.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SERRÃO, M. A. **Remando contra a maré: o desafio da educação ambiental crítica no licenciamento ambiental das atividades marítimas de óleo e gás no Brasil frente à nova sociabilidade da terceira via**. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2012.

SVAMPA, M. **As Fronteiras do Neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giroecoterritorial e Novas Dependências**. São Paulo: Elefante, 2019.

TATIANA WALTER, L. D. F. S. D. A. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL ENQUANTO MEDIDA MITIGADORA E COMPENSATÓRIA: uma reflexão TIGADORA E COMPENSATÓRIA: uma reflexão com o Licenciamento Ambiental de Petróleo e Gás tendo a pesca artesanal como contexto. **AMBIENTE & EDUCAÇÃO**, v. 17, 2012.

THEODOR W. ADORNO, M. H. **DIALÉTICA DO ESCLARECIMENTO**. [S.l.]: Zahar, 1947.

WALTER, T. **Novos Usos e Novos Mercados: Qual sua influência na dinâmica da cadeia produtiva dos frutos do mar oriundos da pesca artesanal?** Seropédica : [s.n.], 2010.



OBSERVADR

